

## Tem um aluno autista na minha sala! - desafios da educação inclusiva no curso de Pedagogia da Unemat de Sinop

Ivone Jesus Alexandre\*, Edneuzza Alves Trugillo\*\* e Patrícia Alzira Proscêncio\*\*\*

### Resumo

Esse artigo resulta de uma experiência de trabalho da gestão do Curso de Pedagogia, campus de Sinop/MT, referente ao processo de inclusão de um acadêmico com autismo no Ensino superior. O objetivo do texto é mostrar as limitações existentes nos cursos de formação inicial e da instituição em receber estudantes com esse perfil e, ainda, pretende mostrar como os pais dos alunos que tem autismo podem contribuir para dirimir os percalços de seus filhos nesse processo e evidenciar a importância de políticas públicas da Educação Básica ao Ensino Superior para materializar na prática o processo de inclusão. A abordagem metodológica se configura como um estudo de caso e os dados apresentados foram produzidos por meio de entrevistas e conversas informais com a mãe do estudante com autismo e relatos de experiências da equipe gestora da universidade. Diante das dificuldades apresentadas, a gestão, mesmo inexperiente neste assunto, buscou realizar ações que pudessem garantir melhores condições a esse estudante no decorrer do curso.

**Palavras-chave:** inclusão; autismo; ensino superior.

## There is an autistic student in my classroom! - challenges of inclusive education in the Pedagogy course at Unemat in Sinop

### Abstract

This article is the result of a work experience of the Pedagogy Course management, Sinop/MT campus. This text deals with the inclusion process of an autistic academic in Higher Education. The objective is to show the existing limitations in initial training courses and in the institution in receiving students with this profile and also, to show how parents can contribute to solve the impediment in this process and highlight the importance of public policies from Basic Education to Higher Education, so that inclusion can actually take place. The methodological approach is configured as a case study and the presented data were produced through interviews and informal conversations with the student's mother and experiences reports of the management team. Given the difficulties presented, the management, even inexperienced, sought to perform actions that could give this student better conditions during the course.

**Keywords:** inclusion; autism; higher education.

\* Doutora em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Professora Adjunta na área de metodologia de ensino na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Inclusão, diversidade e Diferença (PPIDD). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0200-7367>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4289962123325701>. E-mail: [jesus.alexandre@unemat.br](mailto:jesus.alexandre@unemat.br).

\*\* Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP). Professora Adjunta na área de metodologia de Ensino na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2042-8381>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9367173314487418>. E-mail: [edneuzza.trugillo@unemat.br](mailto:edneuzza.trugillo@unemat.br).

\*\*\* Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Assessora pedagógica na rede municipal de ensino de Sinop- MT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7504-0021>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5497713520615254>. E-mail: [pproscencio@gmail.com](mailto:pproscencio@gmail.com).

## **¡hay un alumno autista em mi sala de clase!** - desafios de la educación inclusiva en el curso de Pedagogía de la Unemat en Sinop

### **Resumen**

Este artículo es resultado de una experiencia de trabajo de Gestión del Curso de Pedagogía, campus de Sinop/MT. El texto trata del proceso de inclusión de un estudiante autista en la enseñanza universitaria, en el Curso. Objetivo es mostrar las limitaciones existentes en cursos de formación inicial y de las instituciones en recibir estudiantes con este perfil y además de eso mostrar como los padres pueden contribuir para resolver los percances en este proceso y evidenciar la importancia de políticas públicas desde la Educación Básica hasta la Educación Superior para que la inclusión realmente se lleve a cabo. El abordaje metodológico se configura como un estudio de caso y los datos presentados se produjeron por medio de entrevistas y charlas informales con la madre del estudiante y relatos de experiencias del equipo directivo. Delante de las dificultades presentadas, el equipo directivo, mismo inexperto, buscó realizar acciones que pudieran dar mejores condiciones a este estudiante a lo largo del curso.

**Palabras clave:** inclusión; autismo; educación superior.

### **INTRODUÇÃO**

A Covid-19 atingiu a vida de todos os seres humanos, alguns mais, outros menos intensamente. Fatores sociais, econômicos e políticos influenciaram no impacto do vírus e índice de mortes. Especificamente no Brasil, os mais afetados foram os trabalhadores, pobres, negros e indígenas. Durante a pandemia houve aumento da violência contra outras minorias, entre elas crianças em situação de vulnerabilidade, mulheres periféricas e população LGBTQI+, grupos esses, historicamente negligenciados pelas políticas públicas educacionais. Soma-se a estes impactos a crise econômica e o descaso da política de governo de extrema direita, que atrasou a compra de vacinas. A Covid-19 e suas consequências mostraram como nós, seres humanos, somos frágeis, suscetíveis e, como a omissão ou leniência de quem governa um país pode ser fator decisivo no resultado de mortes em uma pandemia.

O processo de inclusão escolar no Brasil avançou a passos lentos, pois somente com a Constituição Federal de 1988 a Educação Especial tornou-se um direito de todos pois, configura momento decisivo nas primeiras iniciativas para o atendimento a pessoas com deficiência. Os temas que abrangem a diversidade social, étnica e cultural do país passaram a ser conteúdo no currículo escolar em 1996 com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - com o tema transversal Pluralidade Cultural.

As medidas sanitárias requeridas para combater o contágio do vírus da Covid-19 restringiram o contato humano, o que afetou o modo de organização didática das instituições educacionais, que adotaram o ensino remoto em todos os níveis de ensino.

No Curso de Pedagogia houve uma evasão muito grande pois, nem todos os estudantes tinham o acesso adequado às tecnologias, internet de qualidade e preparo para lidar com as ferramentas digitais. Os alunos reclamaram das dificuldades econômicas, como por exemplo o preço do combustível e as necessidades básicas de alimentação, aliadas as dificuldades já mencionadas, como a distância da residência ao campus. Tais fatores resultaram em muitos pedidos de transferência para outras faculdades que ofereciam o curso de Pedagogia em Educação Aberta e a Distância-EAD, alguns trancaram a matrícula e outros desistiram do curso.

Este artigo apresenta como foi a experiência da direção da Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN) - cursos de Pedagogia, Letras e Geografia, da coordenação do Curso de Pedagogia e da mãe de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no processo de inclusão na Universidade do Estado de Mato Grosso - campus de Sinop, no período de final de 2019, com o início da pandemia da Covid-19, a 2022 com a retomada do ensino presencial.

O texto se divide em três seções. Na primeira serão apresentados os fundamentos da escola inclusiva. Na segunda, as experiências do curso de Pedagogia: das aulas remotas durante a pandemia à volta do ensino presencial e os desafios da inclusão, onde discorre-se sobre os efeitos das mudanças na universidade e no curso. Na última seção, a articulação universidade e família: estudante com TEA no Curso de Pedagogia, são evidenciados dados obtidos no processo de interação entre gestão, família e estudante.

O objetivo do texto é mostrar as limitações existentes nos cursos de formação inicial e na instituição para receber estudantes com esse perfil e ainda, mostrar como os pais podem contribuir para dirimir os percalços dos estudantes nesse processo e evidenciar a importância de políticas públicas que atendam as diversidades que compreendam desde a Educação Básica até o Ensino Superior.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual os dados produzidos resultam da interação entre as gestoras e a mãe do aluno no ano de 2022, por meio de conversas informais, formais, entrevistas e análise do histórico escolar, configurando um estudo de caso. Para permissão da divulgação dos dados apresentados nesse texto, a mãe assinou o termo de consentimento livre e esclarecido. No decorrer do artigo, os participantes serão identificados como: mãe - a mãe do estudante - e o estudante com Transtorno do Espectro

Autista será denominado pelo nome fictício de João e os professores mencionados como professor.

### **Educação inclusiva: alguns fundamentos**

Entende-se que uma escola inclusiva não trata apenas do acesso a ela, além de estar na escola é preciso que o aluno participe dos seus processos didáticos e atividades complementares, com garantia de aprendizagem e socialização com o outro. O que é um direito de todo aluno, de todo cidadão.

A falta de conhecimento sobre os temas que envolvem as necessidades especiais configura um dos principais fatores para a marginalização e a ignorância a respeito das diferenças. Algumas interpretações religiosas contribuem para a disseminação da visão de perfeição humana de forma equivocada, por exemplo, ao considerar que o homem era a imagem e semelhança de Deus, tendo-o como um ser perfeito, colocando as pessoas com necessidades especiais à margem da condição humana (Pacheco; Costas, 2006).

Nesse sentido, a escola reproduz a visão da sociedade e exclui as pessoas que fogem do padrão humano estabelecido. Em seu interior, há um discurso de igualdade, que todos são filhos de Deus independentemente da cor, clero, origem e classe social. Muitos pesquisadores, e entre eles destacam-se Abramowicz (2009); Maio, Oliveira e Peixoto (2020), apontam que esse ideal é excludente, reproduzidor das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Faz-se necessário que, para além do discurso de que todos na escola e na sociedade são iguais, sejam tomadas decisões que se transformem em ações. Nesse sentido, esse tema deve estar presente e sistematizado no contexto escolar, assim como regem os documentos oficiais de ensino, principalmente aqueles resultantes das políticas da diversidade.

Uma escola com um currículo inclusivo deve contemplar a temática da diversidade e diferença de maneira informal, mas, principalmente de modo formal, presentes e bem delineados em seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Essas ações e eventos devem estar especificadas desde a Educação Infantil ao Ensino Superior, de modo que a inclusão ocorra com o real intuito de produzir sentimento de pertencimento ao processo educativo. É neste contexto que a Educação Inclusiva se configura.

Foi a partir do documento de Salamanca que surgiu o conceito de Educação Inclusiva, a declaração é tida como referência para inclusão das pessoas com deficiência na Educação. Na

Íntegra, o documento propõe que: “[...] adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares [...]” (Unesco, 1994, p.15). As escolas de Educação Inclusiva:

[são] as escolas [que] devem se ajustar a todas as crianças [e não o contrário!], independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou superdotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. Estas condições colocam uma série de diferentes desafios aos sistemas escolares. [...] [Nesse contexto,] a expressão ‘necessidades educativas especiais’ refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente, necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade. As escolas terão de encontrar formas de educar com sucesso estas crianças, incluindo aquelas que apresentam incapacidades graves (Unesco, 1994, p. 6).

Segundo Ferreira (2015), a Educação Inclusiva será destinada às crianças e jovens com deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação. Os estudantes com esse perfil passaram a ser amparados legalmente com a Constituição Federal de 1988: Art. 205: “A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” O Artigo 206 aponta que o ensino será ministrado nos princípios de “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e o “VII garantia de padrão de qualidade”. Neste mesmo caminho, a LDB Lei nº 9394/96 expõe:

Art. 58: Entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

A Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) vem reafirmar esses direitos. No entanto, é preciso mencionar a distância entre o que a lei propõe e o atendimento ofertado a esses estudantes. Esse ainda é um grande desafio para uma educação que visa contemplar a inclusão em todos os níveis de ensino. Mesmo com esses direitos assegurados legalmente, sabe-se que a Educação Inclusiva ainda

está distante de ser uma realidade nas escolas. Costa e Cavalcante (2022, p.413) mencionam essas dificuldades ao observar as escolas em Alagoas:

requer compreender as realidades e questões como: ambientais; estruturais; físicas; humanas e pedagógicas, considerando as realidades e desafios mais contundentes em relação aos espaços educacionais, à formação de profissionais preparados para trabalhar nessa área e ao entendimento de todo corpo docente e discente da escola, quanto à aceitação e à necessidade da participação de todos nessa inclusão. Especificamente nas questões estruturais e físicas, percebe-se a precariedade dos ambientes escolares, que ainda não estão aptos e devidamente preparados para receber alunos com necessidades especiais, dificultando significativamente esse processo de inclusão, que começa pelo espaço físico das instituições. Outro fator [...], diz respeito às condicionantes humanas, no que se refere às barreiras atitudinais em relação a esses alunos, ressaltando o respeito, a valorização, estimulando a socialização dos sujeitos com o meio, à medida que os outros estudantes convivam e aprendam com as diferenças, diminuindo cada dia mais a dicotomia entre o diferente e o igual, entre o normal e o anormal, entre o típico e o atípico, entre o capaz e o incapaz.

Concorda-se que essas dificuldades são comuns em praticamente todos os estados e que a discussão ainda é recente em nível nacional, estadual e municipal. Observa-se que os investimentos são insuficientes para que a inclusão de todos os estudantes, de fato, aconteça.

Ao tratar especificamente sobre o TEA, de acordo com Maciel e Garcia Filho (2009), a palavra autismo foi cunhada por Eugene Bleurer, ao escrever para Freud em 1908 as descrições sobre a doença de esquizofrenia. Posteriormente, em 1943, dois médicos austríacos, Leo Kanner e Hans Asperger usaram a palavra autismo para descrever o mesmo padrão de comportamento: “crianças e jovens que se mantinham alheios às pessoas à sua volta, e demonstravam interesse fixo em assuntos restritos, além de manifestar linguagem mecânica, e comportamento repetitivo com tendência à rotina e à mesmice” (Maciel; Garcia, 2009, p.225). Hans Asperger estudou 200 pacientes, e em 1944 fez publicações em alemão sobre seus resultados, no entanto, seu trabalho ficou esquecido do público médico, até que a médica inglesa Lorna Wing, que tinha um filho autista, traduziu-o para o inglês, em 1981 (Maciel; Garcia Filho, 2009):

Apesar do senso comum afirmar que as pessoas autistas não vivem este mundo, que são a ele totalmente alheios, não é exatamente isso que ocorre: essa falsa impressão se dá pelo fato de perceberem o mundo de forma diferente da maioria das pessoas e apresentarem respostas fora dos padrões pelos quais estas reagem. Seu aparente alheamento mascara o fato de que em geral estão presentes e são extremamente sensíveis, mas têm dificuldades

para se comunicar. Essa ideia de que vivem em seu próprio mundo surgiu quando os primeiros pesquisadores compararam o autismo com a esquizofrenia – cujos portadores constroem verdadeiros mundos imaginários (Maciel; Garcia Filho, 2009, p. 226).

A partir do ano de 2013, o autismo passou a ser denominado de Transtorno do Espectro Autista (TEA) no DSM 5, documento que determina os critérios de diagnóstico dos transtornos mentais e na Classificação Internacional De Doenças e Problemas relacionadas com a Saúde (CID 11). Esses são dois sistemas de classificações diagnósticas psiquiátricas utilizadas no Brasil. Segundo Maciel e Garcia Filho (2009), os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), que compreende também o TEA, compõe um conjunto de síndromes definidas por alterações no comportamento e normalmente se desenvolve em crianças, na maioria das vezes, do sexo masculino, entre dois e três anos de idade. Segundo as autoras, o transtorno afeta os comprometimentos qualitativos no processo de interação social, na comunicação e na manifestação de interesses restritos e repetitivos, pode se apresentar de forma suave chegando a graus severos de comprometimento, podendo estar relacionado a síndromes como “Down, Williams, X-frágil, afetando ainda mais a pessoa. Muitos têm inteligência média, podendo mesmo ser bastante inteligentes. Não há consenso sobre as causas do autismo na comunidade acadêmica” (Maciel; Garcia Filho, 2009, p. 225).

Esse público-alvo está dentro de um recorte teórico que apresenta inúmeras possibilidades e tem como preocupação focar os elementos fundamentais para que o processo de escolarização se concretize de forma que promova o desenvolvimento da aprendizagem, habilidades, valores e sociabilidades para a autonomia.

### **Curso de Pedagogia: das aulas remotas durante a pandemia à volta do ensino presencial**

Em 2020, a ocorrência pandemia da Covid-19 ceifou vidas de muitos brasileiros. O coronavírus (SARS-CoV-2), que surgiu na cidade de Wuhan (China) em fins de 2019, tem se apresentado como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século. Em meados do mês de abril de 2020, já haviam ocorrido mais de 2 milhões de casos e 120 mil mortes no mundo em decorrência desse vírus (Werneck; Carvalho, 2020).

Segundo publicação no site da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde das Américas (OESA), do dia 05 de maio de 2022, entre 01 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 morreram aproximadamente 14,9 milhões (intervalo de 13,3 milhões a 16,6 milhões) no mundo e no Brasil, 692 mil pessoas. As mortes continuam ocorrendo até o presente momento, no entanto, a vacinação fez com que em 2022 o contágio reduzisse permitindo o retorno às atividades cotidianas em um padrão conhecido como o “novo normal”.

A pandemia surpreendeu a todos, exigindo medidas de segurança rigorosas adotadas para evitar contaminação. As instituições educacionais tiveram que se organizar e propor formas de ensino remoto para dirimir os prejuízos que os estudantes teriam enquanto não podiam retomar o ensino presencial.

No Curso de Pedagogia, os estudantes, em sua maioria, são pobres, negros, mulheres (muitas são mães solo e/ou arrimo de família). Assim, durante e logo após a pandemia, alguns desistiram, outros trancaram ou transferiram para curso de ensino à distância (EAD). Devido à crise econômica, ficava mais viável cursar essa modalidade de ensino do que se deslocar para a universidade de moto ou veículo, também em função do tempo que poderiam se dedicar aos estudos.

Nesse contexto, a direção da Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN) foi assumida em 2021/2 e a coordenação do Curso de Pedagogia em julho de 2021. A FACHLIN agrega os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Letras e Geografia. Entre os inúmeros desafios e a falta de experiências, buscou-se alternativas possíveis para auxiliar os estudantes do Curso de Pedagogia em suas aprendizagens e desafios do ensino remoto.

Durante o período da pandemia o semestre de 2020 foi interrompido e passou a vigorar o Período Letivo Suplementar Excepcional (PSLE) 1, 2 e 3 com dias e formatos especiais para não prejudicar os estudantes. Para otimizar essas aulas a universidade antecipou o uso do novo programa Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), em substituição ao anterior denominado de Sistema Acadêmico da Unemat (SAGU).

O conteúdo das disciplinas era disponibilizado para os estudantes por esse sistema e as aulas ocorriam em momentos assíncronos e síncronos. Nos assíncronos os estudantes tinham acesso ao conteúdo por meio do SIGAA, e nos momentos síncronos o professor criava uma sala virtual para ministrar sua aula, e disponibilizava um endereço no *google meet* para que os



estudantes acessassem no horário previamente determinado. Para aqueles que não pudessem participar eram disponibilizadas as gravações, ficando livre o acesso para o momento em que tivessem disponibilidade, bem como para os demais assistirem quantas vezes sentissem necessidade.

A universidade criou políticas para atender algumas demandas dos estudantes em relação à tecnologia por meio de doação de tablet, chip de internet e auxílio emergencial para alguns estudantes. Assim, foi implementado um novo sistema que permitiu ao estudante se matricular em disciplinas, para as quais havia pré-requisitos. Por exemplo, para cursar Sociologia II exigia-se cursar primeiramente Sociologia I, mantendo assim uma sequência. Desse modo, durante o período da pandemia foi possível ao estudante matricular-se na disciplina II anterior à I, o que gerou alguns problemas pois, havia aquelas que possuíam uma carga horária mais extensa, como por exemplo a disciplina de Metodologia Científica I, II, III, IV, entre outras. Isso ocasionou para alguns estudantes a demora no cumprimento dos créditos, muitos estudantes cursando diferentes disciplinas em fases diversas.

Além disso, como mencionamos anteriormente, ocorreu uma evasão muito grande devido as questões econômicas, dificuldades em lidar com a tecnologia, acesso à internet de qualidade associada à incompreensão de alguns professores em relação às condições dos estudantes que apresentavam dificuldades com as dinâmicas pedagógicas de alguns professores no momento das avaliações. Por outro lado, é importante ressaltar que muitos professores também tiveram dificuldades em relação a essa forma de ensino.

### **A articulação universidade e família: estudante com transtorno de espectro autista no curso de Pedagogia**

Historicamente, é recente a proposta de inclusão de alunos com deficiências no ensino. No entanto, alguns teóricos da educação foram os primeiros a apontar a importância da educação para as pessoas com deficiências, consideradas fora dos padrões da normalidade determinada pela sociedade.

No campo da Pedagogia, J. A. Comênio (*apud* VALLEJO, 1998, p. 28) menciona em sua *Didática Magna* (1657) a educação dos 'idiotas e estúpidos' em uma perspectiva integradora. Outros que também propuseram uma educação para

os 'normais e anormais' foram Pestalozzi e Froebel, que começam a intervir utilizando o enfoque psicológico, usando o jogo como recurso didático e o adestramento dos sentidos, o que caracteriza a base da futura educação especial (Pacheco; Costas, 2006, p.152).

Pode se dizer que os teóricos da educação são precursores na preocupação com a inclusão de estudantes percebidos como diferentes por sua condição física, cultural e cognitiva nas instituições de ensino.

Verifica-se o aumento do número de estudantes com autismo tanto nas escolas de Educação Básica como nas universidades, esse fato tem mostrado o despreparo dessas instituições para receber esses estudantes. Conte e Gomes (2023) mencionam o aumento do número de estudantes com autismo em ambientes escolares, essa realidade demanda uma preocupação para os professores, pois além de não possuírem referencial teórico adequado, tem dificuldades em lidar ou realizar um trabalho pedagógico que atenda as diferenças por todo processo de escolarização formal e por conta do currículo universitário, que tem contemplado timidamente, temas como esses na formação inicial.

O Curso de Pedagogia da Unemat no campus de Sinop funciona no período noturno, atendendo, em sua maioria, estudantes de baixo extrato social, negros, trabalhadores e mães solas. Dessa forma, passaram muitas dificuldades durante o retorno às aulas após a pandemia pois, possuíam celulares simples, pouco acesso à internet com alta potência, limitações no uso de tecnologias, o que configurava desafios até mesmo para fazer a matrícula no SIGAA.

Devido as adequações no sistema durante o retorno das aulas, por ocasião da matrícula, houve problemas de choque de horários entre as disciplinas, o que gerou muitas reclamações por parte dos estudantes junto à gestão. Para facilitar a comunicação com os estudantes e minimizar essas dificuldades, foi criado um grupo de *WhatsApp* para que pudessem ser orientados, tirar dúvidas, serem auxiliados pelos gestores e pelos próprios colegas.

Foi neste contexto que descobrimos que o estudante João era autista, cursando Pedagogia. A mãe do estudante João entrou em contato por telefone com a coordenação, pois estava com dificuldades em orientá-lo na escolha das disciplinas, não conseguia fechar a carga horária, porque os horários se chocavam. A mãe nos contou que descobriu o diagnóstico de autismo somente no fim do ano de 2019, quando buscou consultar um neurologista porque o filho havia reprovado em algumas disciplinas na universidade.

Ele não é de falar muito, e quem olha pra ele não vê de imediato o problema. Não identifica só se for muito observado. [...]. Eu levava ele fazia exames, mas não dá em exames normais. Aí fui atrás levei no neurologista psiquiatra e na psicóloga que trata crianças e pessoas que tenha autismo. Inclusive ela tá fazendo o laudo completo dele. Ele além de autista a idade dele corresponde de um adolescente entre 14 e 15 anos. Tinha dificuldade (Entrevista concedida pela Mãe via celular no dia 22 de jul. de 2022).

Bosa (2006, p.561) afirma que há evidências de que o autismo impacta a família e sobrecarrega especialmente as mães, são elas responsáveis pelos cuidados, e por esse motivo, são submetidas a mais estresse e depressão, devido à sobrecarga com o cuidado e a natureza do déficit da criança. Segundo Bosa (2006) “Foi demonstrado que os genitores sofrem principalmente devido à demora em chegar-se a um diagnóstico, aos comprometimentos especificamente associados ao autismo [...] e às preocupações sobre o futuro de seu filho”.

Ao observar o histórico do estudante ao voltar às aulas presenciais, observou-se que ele havia cursado disciplinas que tinham pré-requisito e, em algumas ele havia reprovado. A mãe foi contactada e imediatamente respondeu, informando seus conflitos, medos e angústias em relação ao futuro do filho. No semestre de 2019/01 João havia reprovado nas disciplinas da primeira fase da Pedagogia, sendo estas: Fundamentos da Educação: Sociologia I, Filosofia I, Práticas de Leitura e produção de texto. Ele foi aprovado na disciplina de Introdução a Antropologia, Introdução a Psicologia I, Epistemologia da Educação e Língua Brasileira de Sinais. De sete disciplinas ele reprovou três. Em 2019/2 reprovou nas disciplinas de Filosofia da Educação I, Sociologia da Educação II e, nas demais, Introdução à Psicologia, História Geral da Educação, Didática e Matemática Básica foi aprovado. De 6 disciplinas ele reprovou em apenas duas.

Foi devido a essas reprovações, no primeiro ano de universidade, que a mãe procurou um neurologista e obteve o laudo de estudante com TEA. De acordo com a mãe do João, foi no Ensino Superior que as dificuldades pedagógicas ficaram mais intensas, como demonstrado na mensagem que ela escreveu abaixo:

Assim que ele terminou o primeiro ano de faculdade e reprovou em algumas matérias. Ele começou a ter mais dificuldade que no ensino médio. Lá ele tinha mais, eu tinha mais contato com os professores. [...] Porque ele fica isolado, sempre sozinho e muita coisa eu tenho que ver e ir resolver. Tanto que nenhum professor percebeu, porque em algumas matérias ele se sai bem e em outras encontra bastante dificuldade. Hj graças a sua ajuda tá bem melhor (Entrevista concedida pela Mãe, via celular, no dia 22 de jul. de 2022).

Com a idade cronológica de 22 anos, João apresenta algumas atitudes de adolescente, como mencionado acima, sua idade mental é de 14 a 15 anos. Segundo a mãe, a perda do pai, com 8 anos de idade, fez com que a mãe percebesse algo diferente na criança pois, o que demonstrava é que não se importava com a ausência paterna. Na busca de profissional para ajudá-la em suas dúvidas, foi procurar uma psicóloga. Com suspeita de ser uma criança com Transtorno do déficit de atenção e com hiperatividade (TDAH), durante um período fez uso do medicamento.

Após a conversa com a mãe, a gestão sugeriu que trouxesse o laudo de João para anexar em seu cadastro na secretaria acadêmica e convidou os professores que atuavam em sala de aula com ele para uma reunião *online* junto aos gestores (coordenação e direção), porém, nem todos os professores se fizeram presentes.

Quando questionados sobre ter ministrado aula para algum estudante com autismo, esses professores, que haviam dado aula para João, na primeira e segunda fase, no período de 2019/01 e 2019/02, em sua maioria, responderam que nunca tinham trabalhado com estudante com autismo. Segundo Ferrari e Sekkel (2007), quem primeiro identifica essas dificuldades são os colegas de sala, é que geralmente eles têm preconceito e às vezes rejeitam o colega em seus grupos de trabalho com medo de serem prejudicados.

João é um pouco calado, e talvez isso tenha dificultado a percepção dos professores. O autismo não impede de ter habilidades cognitivas que permitam se inserir, aprender e participar ativamente das aulas, e mais importante, com aproveitamento qualitativo. João se mostrou um estudante solícito, responsável e atencioso em suas atividades, veja o relato desse professor que ocorreu durante uma aula na forma de ensino remoto.

Na PSLE 2 ministrei uma disciplina de Educação Infantil I e o aluno diagnosticado com autismo estava entre os 22 alunos matriculados. Ele pouco falava, somente um dia fez um comentário infantil sobre um tema que estava sendo discutido e eu estranhei e mais nada ocorreu. Fazia as atividades propostas e as avaliações. Um fato interessante que certo dia reclamei de dor nas costas, devido a atividades intensas de teletrabalho, ele ouviu e fez uma pesquisa de preço de cadeiras confortáveis e depois me enviou as fotos por *whatsapp*, dizendo que eu deveria comprar uma para mim. Nas aulas ele poucas vezes ligou a câmera.

João enfrentou problemas com algumas disciplinas, com alguns professores que não perceberam sua condição e provavelmente com os colegas de sala. Uma dessas colegas relatou que tinha estudado uma disciplina com o João e que elas o inseriam nos grupos de trabalho, ele

tinha muita atenção e leitura, a sua dificuldade se mostrava nos momentos de escrita e organização de texto. No entanto, ela relatou que uma vez, quando foram formar duplas para apresentar trabalho uma colega falou: “sobrou para eu fazer trabalho com o João!”

Embora essa também seja uma questão importante, nesse artigo não será abordada a discussão sobre as relações entre os colegas de sala, o foco será a relação família e universidade, sob o enfoque das gestoras do curso, professores e a mãe do estudante.

Em consideração às dificuldades relatadas, algumas ações foram desenvolvidas visando dar melhores condições a esse estudante. No retorno do ensino presencial, a mãe de João foi orientada a matriculá-lo apenas em disciplinas pendentes, e que não tinham choque de horário. Era importante também que não se matriculasse em disciplinas em todas as fases do curso, pois isso poderia prejudicá-lo nos próximos semestres, quando teria que fazer disciplinas com carga horária extensa, estágios curriculares obrigatórios e construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A gestão convocou uma reunião com os professores para que eles observassem as dificuldades e auxiliassem o estudante, sendo estimulados à se aproximar da mãe de João, a fim de avaliá-lo de modo específico, considerando o quadro de autismo.

O ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos superiores muitas vezes não se dá de modo explícito. As dificuldades podem se revelar para a classe e para os professores paulatinamente. Há casos em que o próprio aluno desconhece sua condição ou não tem consciência das suas dificuldades, como o de uma aluna que se descobriu portadora de distexia a partir dos conteúdos estudados nas aulas de neurociências. Algumas necessidades educacionais especiais podem passar despercebidas pelo professor nos trabalhos em pequenos grupos, principalmente nas produções de texto coletivas, e pode mesmo ocorrer que, apenas na avaliação final, o professor se depare com as dificuldades específicas daquele aluno. Entram em cena aqui as especificidades das disciplinas e dos métodos utilizados pelos diferentes professores (Ferrari; Sekkel, 2007, p. 643).

Os professores que não puderam comparecer à reunião foram orientados individualmente. Professores e gestão passavam por essa experiência pela primeira vez. No Curso de Pedagogia havia estudantes com deficiência visual, auditiva e física, e pela primeira vez, um aluno com autismo. Conte e Gomes (2023, p. 127) descrevem que a escola inclusiva demanda uma escola com pedagogias diferenciadas, “com ações que respeitem cada um em

suas subjetividades e diferenças, sem exceção, distinção e comparações.” As autoras apontam que é necessário a “humanização das relações pedagógicas para que todos progridam em suas aprendizagens de socialização mútua e de desenvolvimento socioemocional, que avança significativamente em relação à inclusão educacional”.

Foi solicitado ao RH da Universidade um técnico de atendimento especial (TAE), haja vista que o estudante tinha laudo, uma das exigências da universidade para conseguir alguém para auxiliá-lo. A universidade não tinha feito seletivo para esse tipo de atendimento, então disponibilizou para ele um leitor, aquele que ajuda os alunos com deficiência visual.

A relação do estudante com deficiência com a universidade é interativa e deve considerar as características específicas desses estudantes, suas necessidades de um lado e, de outro, os recursos e as possibilidades da universidade. O reconhecimento do direito à educação desses sujeitos precisa ser assegurado, assim como o direito à igualdade de oportunidade e a participação (Antunes; Amorin, 2020, p.1469).

A mãe contou que ao ter acesso ao laudo foi falar com o responsável indicado para pedir auxílio junto à universidade, relatou que foi bem atendida, mas reclamou da falta de informação de quem a atendeu. Ela descreveu a seguinte situação:

[...]. Hoje tem pessoas que descobrem cedo o autismo. Tem muitas pessoas com autismo. [...] Até quando eu fui buscar ajuda, a pessoas para ajudar ele, no caso o leitor. A menina me disse assim né:- Não, a gente nunca, teve esse **problema** aqui, digamos assim, tinha surdez, cego ou outra coisa né, mas, assim, de autismo não. Ele tem dificuldade para socializar, para falar. [...], tem que preparar as pessoas para estar recebendo esses alunos. Tanto que quando o professor Adelmo<sup>1</sup> veio me entrevistar, foi tipo uma consulta, ele tipo teve que perguntar para a namorada dele que tem conhecimento da área sobre isso. [...]. **É preciso que esses autista que chegarão tenha uma universidade que estejam preparadas para receber eles** (Entrevista concedida pela Mãe, via celular, no dia 22 de jul. de 2022-grifos das autoras).

A universidade não deveria encarar o estudante autista como um problema, o indicado seria ter mencionado que a instituição não tinha ainda recebido estudantes nessa condição, e preparar-se para recebê-lo. Entretanto, a Universidade tem um outro estudante autista laudado, no curso de Geografia. O ideal seria a universidade ter um técnico com formação na área, porém, isso não é fácil institucionalmente, pois ainda não existem articulações práticas para uma política de inclusão que garanta todos os atendimentos especiais que os estudantes

---

<sup>4</sup> Nome fictício do professor

necessitam. “A insegurança percebida nos professores e funcionários revela a falta de formação para trabalhar com as contradições e as diferenças nos processos (inter)subjetivos de ensino e de aprendizagem, [...] (Conte; Gomes, 2023, p.125).

Um aspecto importante e positivo, é que a universidade criou recentemente um formulário no qual o estudante informa, ao ingressar na universidade, se tem alguma deficiência e se precisa de atendimento especializado. Outra iniciativa profícua, e que envolveu a comunidade docentes foi realizar um evento da agenda do Curso com esse tema, o Encontro Nacional de Educação (ENAE), contou com duas mesas de discussão que abordaram as questões da prática pedagógica e uma terceira apresentando os índices quantitativos em relação aos alunos com TEA.

Outra medida foi realizar uma reunião com a mãe e duas professoras da área da Educação Especial, sendo uma delas assessora de assuntos estudantis do Campus. Nessa conversa a mãe compreendeu a importância de o filho cursar as disciplinas atrasadas primeiramente, e alguma outra a mais que ele conseguisse, dentro das suas possibilidades sem criar ansiedade, nem preocupação em ficar atrasado ou não no curso. Convencer a mãe de que João devia matricular-se nas disciplinas que estavam pendentes, e do semestre subsequente, foi tarefa complicada. Ele fazia disciplinas da 1ª à 6ª fase. A mãe argumentava que perderia tempo, que isso o prejudicaria. Porém, a gestão juntamente com a equipe de professores sinalizou os aspectos positivos e ganhos que João teria e explicaram que isso facilitaria nas últimas fases do curso.

Todos os professores que ministrariam disciplinas para João, foram orientados sobre sua condição e que deveriam levar em consideração suas necessidades nas atividades propostas e na forma de avaliar. Conte e Gomes (2023) apontam em seu texto *O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)*, como o suporte pedagógico favorece as múltiplas formas de ensinar e de aprender, o apoio as equipes pedagógicas para que reconheçam a diversidade existente na escola e a importância do planejamento de ensino que permitam a cooperação e o acesso ao conhecimento de forma ilimitada. Para as pesquisadoras, a prática de modificações e adequações no plano de aula devem ser no processo inclusivo, considerando as necessidades educacionais de cada estudante.

O contato e depoimento da mãe foi um impacto profundo, pois ela ainda estava processando essa descoberta. Ela contou sobre a preocupação com o futuro do filho, do medo dele não se sustentar caso ela viesse a ter uma doença ou por uma fatalidade, viesse a faltar na vida dele, questionava o que seria do seu filho.

[...] Eu comecei tratamento com ele cedo tinha 7 anos levei no neurologista onde eu morava me disseram que ele era hiperativo. E começou tomar remédio que não ajudou muito. Minha irmã fez Pedagogia e no trabalho dela ela fez sobre autismo daí ela pediu pra eu ver por que o João tinha sintomas (Entrevista concedida pela Mãe, via celular, no dia 22 de jul. de 2022).

Diante do exposto, identifica-se a necessidade de mudanças no Ensino Superior referente à postura dos professores. Para que sejam capazes de acolher e incluir a todos, devem ser informados sobre o perfil dos estudantes, de suas necessidades e orientados a manter proximidade e acompanhamento integrado com a família, numa perspectiva de trabalho colaborativo. Somado a isso, é importante a formação sobre essa temática, tanto para professores, técnicos como para todos os estudantes.

Silva *et al* (2020) ao analisar os dados o INEP sobre o ingresso de estudantes com TEA no ensino superior, mostram que a adoção de políticas específicas para esse grupo de estudantes tem entraves, desafios e barreiras significativas que precisam ser pesquisadas para se propor mudanças e ampliação de políticas públicas, objetivando que, de fato, exista a igualdade de acesso e o cumprimento de direitos conquistados. Nesse sentido, a universidade tem papel preponderante para criar políticas que caminhem de encontro às demandas dos estudantes com TEA.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio das dificuldades vivenciadas pelo estudante João, durante os desafios surgidos durante a pandemia Covid-19, e seus impactos na universidade, considerando a atuação na modalidade de ensino remoto e volta do presencial, os desafios enfrentados pela gestão do curso e a preocupação da mãe diante dos desafios enfrentados pelo filho na graduação, evidenciou-se a necessidade de ações articuladas entre a universidade, professores, gestores, técnicos e a família.

Foi possível verificar os desafios que os cursos de formação para professores têm ainda a superar em relação à Educação Inclusiva, bem como os professores, gestores e instituição na



recepção de estudantes com deficiências no caso, estudante com TEA. Desafios como: formação e preparo docente, para que possam desenvolver estratégias diferenciadas de ensino e avaliação; preparo institucional por meio da oferta de Técnicos especializados para o Atendimento Educacional desse estudante; necessidade de um núcleo de apoio a esses estudantes e familiares; promoção de projetos integradores com a comunidade universitária para o acolhimento e inclusão desses estudantes e entre outros, precisam ser observados e tratados com afinco.

Nesse sentido, demonstrou-se a urgência da universidade em se adequar às políticas de inclusão como qualidade de acesso ao mundo acadêmico, permanência e sucesso do estudante, bem como, ofertar formação para os professores e técnicos, que atendam os estudantes da universidade que serão futuros professores da rede pública de ensino.

Verificou-se como é importante a relação entre instituição/gestão/professores com os pais e como eles podem contribuir para dirimir os percalços dos seus filhos juntamente com a universidade. Essa interação pode auxiliar no processo de entrada e desenvolvimento e em toda trajetória no Ensino Superior. Nesse caso, os dados mostram que a iniciativa da mãe foi fundamental para que as dificuldades fossem superadas, mas que os desafios da inclusão no Ensino Superior ainda são inúmeros.

Por fim, a partir desta experiência inicial com o referido acadêmico, evidencia-se a importância e necessidade de tomadas de decisão pela universidade para pensar a inclusão, bem como a formação inicial e continuada de professores em todo os âmbitos, para que de fato a Educação Inclusiva ocorra em todos os níveis de ensino.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. Fracasso escolar na sociedade de controle: aprendi o que é ser preto na escola. In. ARROYO, Miguel.; ABRAMOWICZ, Anete (orgs.). **A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos**. Campinas, SP: Papirus, 2009. p.109-128.

ANTUNES, Katiúscia Crsitina Vargas; AMORIM, Cassiano Caon. Os desafios da docência no ensino superior frente a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 2, ago. 2020, p. 1465-1481.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 24 fev. 2023.

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 10 volumes, 1997. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12640:parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>>. Acesso em 25 fev. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica**. Resolução CNE/CEB, n. 2, 11 set, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. 2015a. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em 04 fev. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.394/96**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. 2006;28(Supl I):S47-53. Disponível em

[Dhttps://www.scielo.br/j/rbp/a/FPHKndGWRRYPFvQTcBwGHNn/abstract/?lang=pt](https://www.scielo.br/j/rbp/a/FPHKndGWRRYPFvQTcBwGHNn/abstract/?lang=pt). Acesso em 19 nov. 2022.

CONTE, Elaine.; GOMES, Cristiane. Transtorno do espectro autista em questão: debates acerca da inclusão no ensino superior. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 16, n. 2, maio/ago. 2023. Disponível em

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/18022/11897>. Acesso em 19 fev.2023.

COSTA, Mariane de Lima Vasconcellos.; CAVALCANTE, Valéria Campos Cavalcante. Inclusão dos estudantes com deficiência em alagoas. **Revista Debates em Educação**. v. 14, nº. 34, Jan./Abr. 2022, p. 411-429. Disponível em:

<<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/11165>>. Acesso 02 jan. 2022.

DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides VolpatoCordioli [et al.]. – 5. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

FERRARI, Marian Ávila de Lima. Dias; SEKKEL, Marie Claire. Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio. **Psicologia ciência e profissão**, 2007, v. 27, n. 4, p. 636-647. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/bv8ZgTdG4C7VMNZXzrDXdcz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 05 fev. de 2023.

FERREIRA, Windiz Brazão. O conceito de diversidade no BNCC- Relações de poder e interesses ocultos. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 299-319, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 09 fev. de 2021.

MAIO, Eliane Rose; OLIVEIRA, Marcio; PEIXOTO, Reginaldo. Discussão sobre gênero na escola: discussões e resistência. **Revista retratos da escola**. Brasília, v.14, n.24, p. 57-74, jan/abr,

2020. Disponível em <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/38>. Acesso em 14 de mar.2023.

MACIEL, Mariene Martins; GARCIA FILHO, Argemiro de Paula. Autismo: uma abordagem tamanha família. In: DIAZ, Félix; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Miranda; SOUZA, Elias dos S. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social:** questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009. 354p., p.224-235.

OPAS. **Excesso de mortalidade associado à pandemia de COVID-19 foi de 14,9 milhões em 2020 e 2021.** Site na organização mundial da saúde. Disponível em <<https://www.paho.org/pt/brasil>>. Acesso em 05 jan. 2023.

PACHECO, Renata Vaz.; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial.** n. 27, p. 151- 167. 2006, Santa Maria. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4360/pdf>>. Acesso em 07 fev. 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, 1994: UNESCO.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Editorial Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: <<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static//arquivo/1678-4464-csp-36-05-e00068820.pdf>>. Acesso em 05 fev. 2023.

**Recebido em:** *Março/2023.*

**Aprovado em:** *Dezembro/2023.*